

O conflito Israel x Irã



Por **EDUARDO BRITO, KAIO AROLDO, LUCAS VALLADARES, OSCAR LUIS ROSA MORAES SANTOS** e **LUCAS TRENTIN RECH***

O ataque israelense ao Irã não é um evento isolado, porém mais um capítulo na disputa pelo controle do capital fóssil no Oriente Médio

Nas últimas semanas, o conflito, de amplo conhecimento e repercussão no debate público, do regime sionista de Israel – patrocinado pelo imperialismo americano com sua hegemonia do capital fóssil (MALM, 2016) – contra o Estado da Palestina ganhou novos contornos com o acirramento da tensão, inclusive, em relação a uma das maiores potências petrolíferas da região, a República Islâmica do Irã.

O objetivo da presente exposição é tratar do fenômeno político concreto, articulando a dinâmica de produção de petróleo e gás na região do Oriente Médio, sobretudo no Irã, alvo de potenciais ataques do regime sionista, com o conflito hegemônico entre Estados Unidos e China pelo controle do capital fóssil e suas implicações no mercado internacional de energia.

Histórico das relações entre Irã, Israel e Estados Unidos

No último dia 11 de junho, o *Washington Post* noticiou que os Estados Unidos estariam esvaziando suas embaixadas no Oriente Médio, sobretudo no Iraque, ao emitir autorização para retirada de “funcionários não-essenciais”^[1] desses espaços frente ao crescente risco de uma ofensiva do regime sionista de Israel contra o Irã, após supostamente terem sido avisados de que o regime está “totalmente preparado para lançar uma operação contra o Irã”.

Mais tarde, na madrugada do dia 13 de junho em Teerã, as forças sionistas realizaram ataques a diversas bases militares no país, além de também terem atingido diversas bases nucleares do país. Ao todo foram mais de 80 mortos, incluindo diversos cientistas envolvidos no programa nuclear, o chefe do Estado-maior, além do chefe da Guarda Revolucionária iraniana.

Os ataques de Israel tiveram Teerã – cidade onde se concentram membros do alto escalão militar e político – e a cidade de Natanz – onde se concentram usinas de enriquecimento de urânio, insumo fundamental para o desenvolvimento de artefatos nucleares – que fica a pouco mais de três horas da capital, como principais alvos. Segundo a *Associated Press*, pelo menos mais seis cidades também foram atacadas.

Após o ocorrido, o regime israelense, na pessoa do ministro de defesa, Israel Katz, declarou estado de emergência e rapidamente fechou seu espaço aéreo. Até o momento, o Irã respondeu aos ataques enviando drones e mísseis balísticos ao

território ocupado por Israel.^[ii]

FIGURA 1.^[iii]



Apesar de, num primeiro momento, saltar à vista uma possível ação independente por parte de Israel – sendo essa ideia fortalecida por declarações contraditórias do presidente Donald Trump, como a de que ele teria se oposto a ideia de ataque ao Irã^[iv], segundo o *The New York Times* –, é adequado lembrar que, sem nenhuma dúvida, esta não será consumada sem o devido escrutínio do governo dos Estados Unidos, como já se haviam especulações há semanas: “Se for necessário o uso militar, nós usaremos força militar”, disse Donald Trump. “Israel obviamente estará muito envolvido nisso. Eles serão os líderes disso. Mas ninguém nos lidera, fazemos o que queremos fazer.”^[v]

A fala do presidente expressa muito bem (basta olhar e ver) o papel desempenhado pelo regime de Israel no imperialismo estadunidense. Os EUA, certamente, agirão pelas garantias de seu próprio interesse; no entanto, Israel, enquanto protetorado americano, possuindo contradições distintas – porém que resultam no mesmo fenômeno – destes últimos em relação ao Irã, deverá ser o responsável direto pela ofensiva.

Essas se manifestam, pelo menos, desde que a França desenvolveu o programa nuclear israelense, se tornando uma

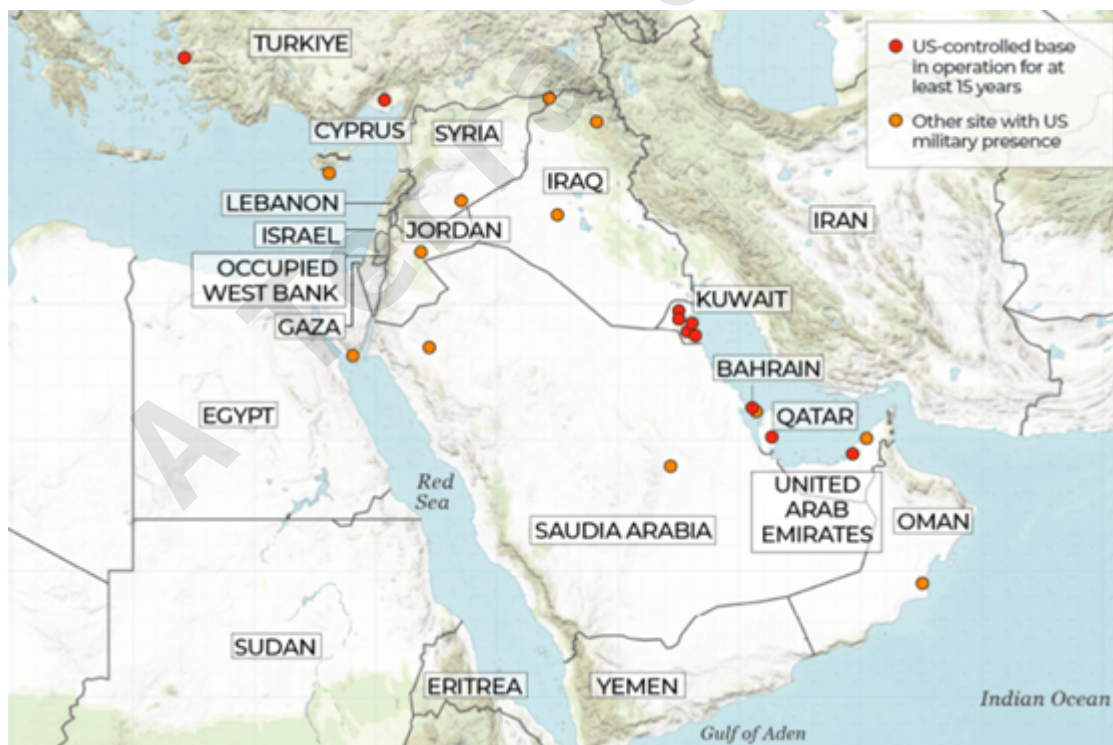
condição de real preocupação a partir da década de 1970. O Irã viu não só sua qualidade de potência regional ser ameaçada, como também sua própria estabilidade política e soberania. Desse modo, o início do seu próprio projeto nuclear (na década de 1960) voltado para a produção de energia de interesse civil, foi causador de mal-estar no mundo ocidental no início dos anos 2000, quando já se era sabido que o programa nuclear iraniano poderia causar grande impacto na correlação de forças no Oriente Médio.

Aliado a isso, o suporte histórico do Irã à causa palestina é outro fato relevante para o acirramento dessa disputa. Desde 1990, o país mantém relações firmes com o Hamas, sendo formalizadas um ano depois, quando uma delegação do grupo político solicitou a criação de um gabinete oficial em território iraniano. Após o evento, o Irã forneceu apoio material ao grupo em diversas outras ocasiões, como no episódio de deportação em massa de líderes do grupo e da Jihad Islâmica palestina para o Líbano ou na invasão da Faixa de Gaza entre 2007 e 2008.

No primeiro, o Irã serviu como ponte para a aproximação entre o Hamas e o Hezbollah, além de promover frequentes visitas de autoridades aos líderes exilados; no segundo, o Irã forneceu, secretamente, diversos equipamentos militares fundamentais para a defesa da Palestina na região.^[vi]

O Irã, portanto, figura como antagonista direto do regime sionista de Israel ao passo que é o principal responsável pela existência e a força da frente de combate mais incisiva do povo palestino e, importante lembrar, pela existência também do próprio povo palestino. Nesse contexto, o Irã é, ao mesmo tempo, um antagonista da hegemonia fóssil estadunidense, que, além de ter em Israel seu destacamento militar mais avançado no território, exerce forte influência no Golfo Pérsico através de suas diversas bases militares na costa oeste e ao longo do Oriente Médio.

FIGURA 2.^[vii]



Estrutura histórica e a Revolução iraniana

a terra é redonda

O atual cenário de iminente conflagração, acentuado pela escalada de violência israelense em Gaza e pelo alinhamento do Irã à causa palestina, não pode ser analisado como um evento isolado. Pelo contrário, o que se observa é o ápice de uma trajetória histórica cujo ponto de ignição se deu após a Revolução Iraniana (1978-1979) (Espírito Santo, 2017).

Portanto, para compreender a profundidade estratégica deste confronto e o papel do Irã como uma potência energética no Oriente Médio (Bhagat, 2005), analisaremos a gênese e os motivos que transformaram a nação persa no principal antagonista da hegemonia fóssil norte-americana na região mais rica em petróleo do mundo.

A inserção do Irã em uma momentânea dinâmica de subordinação ao Ocidente foi selada em 1953. Naquele ano, o governo nacionalista do primeiro-ministro Mohammad Mossadegh foi deposto por um golpe orquestrado pela CIA (Estados Unidos) e pelo MI6 (Reino Unido). O “crime” de Mossadegh fora nacionalizar a indústria petrolífera, até então controlada pelo capital britânico, em uma tentativa de reverter a drenagem de riquezas do país.

O golpe restaurou ao poder o Xá Mohammad Reza Pahlavi, consolidando um regime cuja função no tabuleiro geopolítico era clara: atuar como um peão na estratégia de Washington, garantindo o fluxo de petróleo barato para o Ocidente e funcionando como um baluarte contra a influência da União Soviética, com quem o Irã compartilhava uma extensa fronteira estratégica (Alves, 2020).

Estruturava-se, assim, um modelo clássico de desenvolvimento dependente, no qual a economia *periférica* iraniana era moldada para servir aos interesses do *centro imperialista* (Foran, 1989). Sob essa lógica, o regime golpista do Xá promoveu um projeto de “modernização” autoritária conhecido como a “Revolução Branca” (1963), financiada pela vasta riqueza petrolífera. A iniciativa, contudo, produziu um efeito socialmente desastroso, aprofundando as crises internas (Nakhaei, 2020).

O primeiro ponto foi a concentração de renda e o aprofundamento da desigualdade. Operando sob uma lógica análoga à do “milagre econômico” (1969-1973) da ditadura militar brasileira, a promessa de “fazer o bolo crescer para depois dividir”, a riqueza do petróleo jamais foi redistribuída. Pelo contrário, alimentou uma pequena elite ocidentalizada, enquanto a vasta maioria da população, especialmente nos centros não-urbanos, permanecia marginalizada (Brandis, 2009).

Em segundo lugar, a imposição de um secularismo de Estado e de uma ocidentalização acelerada que separou setores cruciais da sociedade. O clero muçulmano xiita, majoritário no país e conhecido como *ulemás*, viu sua influência e suas tradições serem sistematicamente degradadas (Varol, 2016). Por fim, como em todo regime autocrático, a estabilidade era mantida pela força. Qualquer oposição política era brutalmente reprimida pela SAVAK (Organização de Inteligência e Segurança Nacional), a temida polícia secreta do regime, treinada e assessorada por agências dos EUA e de Israel.

Nesse contexto, o petróleo era percebido pela população não como um vetor de desenvolvimento nacional, mas como o elo da subordinação do país e a fonte de poder de um regime tirânico e subserviente a interesses forasteiros (Bina, 2017). A oposição, conseqüentemente, aglutinou-se em uma espécie de “frente ampla”, composta por liberais, nacionalistas, socialistas e, de forma mais organizada e capilarizada, o clero xiita, sob a liderança do Aiatolá Ruhollah Khomeini, que orquestrava a resistência a partir do exílio, primeiro no Iraque e, em sua fase final e mais decisiva, na França.

Desafiando teses que historicamente atribuíam poder de barganha política a setores operários clássicos, como os mineiros de carvão no país persa, a classe trabalhadora petroleira iraniana demonstrou uma agência histórica decisiva. Conforme apontado por Jafari (2019), esses operários, cientes de sua posição estratégica em uma economia totalmente articulada em torno da extração e comércio de petróleo, emergiram como a vanguarda do levante popular. Entre 1978 e 1979, uma onda de greves massivas, coordenadas nas refinarias e campos de petróleo de Abadan e da província do Cuzistão, efetivamente paralisou a produção e a exportação. O efeito sobre o regime do Xá foi duplo e devastador.

Primeiramente, no plano material, a ação coletiva induziu à asfixia econômica do Estado. Ao cortar a principal fonte de receita do país, os grevistas tornaram o regime incapaz de pagar seus funcionários e, crucialmente, seu aparelho

repressivo, as forças armadas e de segurança. O pilar financeiro que sustentava a monarquia implodiu (Jafari, 2018).

O segundo impacto foi de ordem simbólica e política. Em uma inversão dialética hegeliana de poder, os trabalhadores demonstraram que o controle fático do recurso mais valioso do país não residia no palácio do monarca, mas naqueles que operavam os poços e as refinarias.

O petróleo, antes o símbolo máximo da dominação estrangeira e da tirania do Xá, foi ressignificado e transformado “de dentro”, em uma arma de sabotagem e mobilização popular, como argumentado por Timothy Mitchell (2009). Para a comunidade internacional, o sinal era inequívoco: o regime do Xá havia perdido o controle de fato sobre seu território e sua principal fonte de poder.

Contudo, a vitória da revolução catalisada por essa ação operária, abriu um vácuo de comando e controle. Foi neste momento que a “facção” mais organizada e com maior capilaridade social, o clero xiita sob a liderança de Khomeini, moveu-se para consolidar sua direção do processo. Os aliados conjunturais da “frente ampla” foram então sistematicamente neutralizados.

Liberais e nacionalistas, como os que compunham o governo provisório de Mehdi Bazargan, foram rapidamente marginalizados e expurgados do poder (Ostovar, 2009). Em seguida, as organizações de esquerda: socialistas, comunistas (como o partido *Tudeh*) e guerrilheiros (como os *Fedayin do Povo*), que haviam combatido ativamente a ditadura do Xá, foram declaradas inimigas do novo Estado e da própria fé.

A razão para essa perseguição brutal era dupla: primeiramente, sua ideologia secular e sobretudo marxista era fundamentalmente irreconciliável com o projeto de Khomeini de um Estado governado pela jurisprudência islâmica (a *Velayat-e Faqih*). Em segundo lugar, como grupos com experiência de combate, organização e uma base popular própria, eles representavam um polo de poder alternativo e uma ameaça militar direta à consolidação da hegemonia clerical e de sua nova guarda, a Pasdaran (Ostovar, 2009). A revolução, que começa com uma base ampla, foi deliberadamente afunilada para garantir a ascensão de uma teocracia xiita.

A interrupção da produção iraniana, seguida pela incerteza sobre a nova política do país, provocou o que ficou conhecido como o “Segundo Choque do Petróleo” em 1979. A redução na oferta fez os preços dispararem, mergulhando a economia global em uma recessão e reforçando a lição aprendida em 1973: a estabilidade do sistema energético ocidental era perigosamente dependente da estabilidade política do Oriente Médio, agora radicalmente alterada (Valladares, 2024).

A relação conturbada entre o Oriente Médio, em específico o Irã, e os países do eixo ocidental prosseguiu ao longo de toda a segunda metade do século XX, e persistiu no século XXI, conforme tratado posteriormente no tópico quarto.

Internamente, o novo lema do Irã, “Nem Ocidente, Nem Oriente, mas República Islâmica”, traduziu-se em uma política externa que rejeitava a subordinação a qualquer das superpotências da Guerra Fria (1947-1991) (Espírito Santo, 2017). O controle nacional sobre o petróleo tornou-se o pilar desta soberania. Isso sacramentou o fim da aliança estratégica com os Estados Unidos e, por consequência, com Israel, que passou da condição de parceiro discreto do Xá a ser rotulado como o “Pequeno Satã” e uma “entidade sionista ilegítima”, solidificando as hostilidades que foram os motivos da escrita deste artigo (Lewis, 2004).

Dois eventos subsequentes que valem a pena ser citados e foram relevantes. O primeiro foi a Crise dos Reféns (1979-1981), quando estudantes revolucionários, apoiados pelo novo regime, invadiram a embaixada dos EUA em Teerã e mantiveram 52 diplomatas e cidadãos americanos cativos por 444 dias. O ato foi uma resposta direta à decisão americana de acolher o Xá deposto para tratamento médico, o que foi interpretado no Irã como um prelúdio para um novo golpe orquestrado pela CIA, a exemplo de 1953 (Perosa Jr, 2013).

A crise humilhou publicamente os Estados Unidos, destruiu qualquer possibilidade de reconciliação a curto prazo e foi

usada internamente por Khomeini para consolidar o poder da linha-dura clerical, eliminando os últimos vestígios de moderação do governo.

O segundo evento foi a Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Vendo uma oportunidade no aparente caos revolucionário, o Iraque de Saddam Hussein, com massivo apoio financeiro e militar de potências ocidentais e monarquias do Golfo, que temiam a “exportação” da revolução islâmica, invadiu o Irã. O conflito brutal de oito anos consolidou a percepção iraniana de um mundo hostil e determinado a destruir seu novo regime.

Em resposta, o país foi forçado a aprimorar sua resiliência: começou a usar o petróleo como escudo, desenvolvendo canais de exportação paralelos para contornar sanções, forjando alianças com atores não alinhados ao eixo ocidental e definindo sua política energética como a espinha dorsal de sua resistência à hegemonia do capital fóssil liderada pelos EUA (Ostovar, 2009).

A revolução, portanto, não apenas derrubou um ditador, ela removeu um dos maiores agentes de petróleo do sistema de segurança energética ocidental, e o transmutou em um adversário ideológico e estratégico (McGlinchey, 2014). A consciência de que o petróleo poderia ser usado como arma, concebida nas greves de 1978, tornou-se a doutrina central de um Estado que, desde então, vê seus recursos energéticos como a principal ferramenta para garantir sua sobrevivência e projetar sua influência (Zunes, 2009).

Estavam assim consolidadas as premissas de um conflito prolongado, no qual o Irã adotou uma postura duradoura de antagonismo em relação aos Estados Unidos e a Israel, uma hostilidade que se projeta até os dias atuais.

A produção fóssil iraniana e a aproximação chinesa

Como visto acima, portanto, as disputas políticas e territoriais entre Israel e Irã não são suficientes para explicar o papel dos Estados Unidos nos conflitos; a elas soma-se a importância iraniana no mercado internacional de petróleo, cuja utilidade enquanto ferramenta de pressão global foi demonstrada ainda na Guerra do Yom Kippur (1973)^[viii].

Ampliando o contexto, durante as operações para retomada de terras lideradas pela Síria e pelo Egito, os Estados Unidos garantiram a manutenção de sua principal ferramenta da hegemonia fóssil, prestando suporte militar ao regime de Israel. Como resposta, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impuseram «cortes consideráveis em sua produção de petróleo mês a mês, até a total evacuação das forças israelenses sobre todo o território árabe ocupado a partir da guerra de 1967 [...]» e um embargo total de vendas sobre os Estados Unidos e outros países que apoiaram o regime israelense^[ix].

Em um período de guerra fria, e iminente perigo nuclear, o petróleo era (como ainda o é) figura fundamental no contexto da reprodução da vida capitalista, enquanto capital fóssil (MALM, 2016), ou seja, como subversor da natureza e sua temporalidade, assumindo o papel de sujeito do processo produtivo, impondo seu tempo abstrato ao ritmo da reprodução do trabalho e da produção do mais-valor relativo e absoluto, portanto, agindo como um fator contrariante à queda da taxa de lucro.

Para além disso, desempenha papel fundamental, inclusive, na mobilidade de capitais, sendo, dialeticamente, agente ativo e passivo do exercício da hegemonia: ao passo que sua abundância atrai agentes imperialistas para o território onde se encontra, também é elemento fundamental para o exercício do próprio imperialismo.

Isso se manifesta, de forma concreta, no abastecimento tanto os setores de uso doméstico, como automóveis para

deslocamento da força de trabalho, quanto blindados, grandes navios e caças dos porta-aviões nucleares, que dependiam diretamente do “ouro negro” (petróleo) para funcionar. Por isso, ainda que o sucesso dos embargos da OPEP na guerra sejam questionáveis — visto que Israel não mobilizou suas tropas para fora do território Árabe — o uso geopolítico do petróleo se comprovou, com a pressão exercida sobre os preços internacionais tornando a prática uma forma de contenção do Oriente Médio à hegemonia americana nas próximas décadas.

Ipso facto, o controle estadunidense sobre a região se acentuou. A inexistência de bases sobre território iraniano não implica em ausência de controle; pelo contrário, o controle passou a ser feito a partir de bases próximas ao canal de Suez e ao estreito de Ormuz, localizadas sobretudo no Kuwait, por contenção ao Iraque e problemas internos, Bahrein, Catar e nos Emirados Árabes Unidos. Através delas, o escoamento de petróleo iraniano para outras partes do mundo foi minado, numa tentativa de retardar o seu crescimento econômico.

Paralelo ao desenvolvimento da *oil weapon* árabe, os Estados Unidos aprenderam a utilizar a demanda por petróleo como uma ferramenta geopolítica, impondo desde 1979 uma sanção à quantidade de petróleo iraniana importada, restrita a não mais que cinquenta mil barris por dia^[xi]. As sanções se agravaram com o tempo, sob o pretexto de combate ao apoio do Irã ao terrorismo. Em 1984, investimentos, assistência financeira e transferência de material militar ao Irã por entidades estrangeiras foram proibidos.

Depois, em 1986, foi proibida a importação de bens e serviços iranianos. As medidas se agravaram a partir de 1995, durante o governo de Bill Clinton, com a tentativa de mobilizar os principais aliados dos Estados Unidos contra a importação de petróleo iraniano.

Contudo, a medida não teve grande sucesso, com muitos países se negando a adotar a postura severa visto que os Estados Unidos seguiam comprando petróleo do Irã e revendendo para o resto do mundo. Além disso, «sendo um bem fungível, o petróleo iraniano poderia ser trocado com outros países a fim de ser importado pelos EUA [...]», reduzindo significativamente o impacto dessas novas sanções. Apesar das medidas serem anunciadas como ferramentas antiterrorismo, o desdobramento dos conflitos deixou bastante evidente que a tentativa de controle estadunidense do Golfo Pérsico era, na verdade, o principal motivador por detrás delas, visto que a região concentra cerca de dois terços do petróleo mundial e fugia do seu domínio ideológico durante a guerra fria.

As restrições impostas ao comércio internacional do Irã com o ocidente e o controle parcial dos Estados Unidos aos principais canais de comunicação fluvial entre o Irã e o mundo tornou necessário a aproximação do país a novos parceiros internacionais e a criação de estratégias alternativas para o desenvolvimento econômico e energético, entre elas, a ampliação do seu programa militar e formas alternativas de escoamento de petróleo.

Quanto à primeira alternativa, o dispêndio do Irã com o setor militar cresceu continuamente entre 1993 e 2006, mesmo estando sob sanções unilaterais dos Estados Unidos^[xii]. Nesse mesmo período, o governo iraniano recusou-se a terminar os seus programas de enriquecimento de urânio, originários de um apoio conjunto dos Estados Unidos e outros países para promover a paz no oriente médio (sic) que posteriormente fora terminado e reativado a partir da década de 1990, agora com apoio da Rússia.

Como consequência, o conselho de segurança da ONU impôs sanções multilaterais ao Irã a partir de 2006, endossadas novamente pelos Estados Unidos e pela União Europeia em 2012, em ordens de frear o avanço militar e nuclear iraniana, resultando no sucessivo decréscimo dos gastos com o setor militar^[xiii].

O crescimento militar do Irã não é alheio às discussões do parágrafo anterior, acerca do petróleo, mas soma-se a eles; somente um grande poderio bélico instalado é capaz de garantir a soberania do país e o seu acesso aos mercados internacionais mesmo em face a severas pressões de agentes externos. Do contrário, a presença de bases estadunidenses próximas ao território iraniano seria suficiente para assegurar a sua completa subordinação aos interesses estrangeiros.

Quanto à segunda alternativa, o Irã adotou uma série de medidas ilegais para contornar as sanções e escoar a sua produção de petróleo. Estima-se que cerca de 80% do contrabando de exportação realizado no Irã se destine a produtos de petróleo, quando não a commodity em si^[xiii].

O objetivo principal do contrabando é que os navios cargueiros passem despercebidos pelos principais canais de transporte fluvial que, como citados anteriormente, estão sob o campo de visão dos Estados Unidos e suas bases, dando ênfase ao estreito de Ormuz, principal rota de transporte de petróleo iraniano para a China. Nesse quesito, a própria China desempenha o papel de importante parceiro comercial do Irã, devido a interesses ideológicos, comerciais, e políticos, referentes ao domínio do golfo persa e o acesso ao petróleo.

A relação entre os dois países, entretanto, não é recente, mas vem sendo construída desde 1990. A princípio, o agravamento das sanções contra o Irã em 1995 e o sentimento antichinês que se apoderou do congresso americano fizeram com que as petrolíferas chinesas não estreitassem muito as suas relações comerciais com o Irã^[xiv].

Depois, já no final da década, os países se aproximaram, tanto pela relação entre os compradores de petróleo chineses e os vendedores iranianos quanto pelos interesses dos governos, com parcerias que abrangiam desde o desenvolvimento nuclear a medidas de comércio. A importação de óleo iraniano pela China aumentou nos anos seguintes, sobretudo no período entre o final da década de 1990 até 2003.

Retorno à contemporaneidade e os mercados futuros

Uma vez realizada a contextualização histórica e política, torna-se possível analisar os conflitos atuais sob perspectivas alheias à ótica do conflito árabe-israelense — em especial a do mercado internacional de petróleo e do conflito entre Estados Unidos e China.

Inicialmente, o preço dos contratos futuros de petróleo, um dos principais instrumentos de proteção dos produtores ao risco de mercado e importante ferramenta de especulação, seguiu uma trajetória de queda ao longo dos primeiros semestres do ano, motivada pelo aumento da produção estadunidense através da política de intensiva permissividade a formas alternativas de extração, especialmente a de xistos em solo.

O nível maior de estoques americanos junto à menor demanda por petróleo deveria, em tese, se converter na redução da produção geral da OPEP, que já vinha realizando cortes há um ano com previsão estendida até junho de 2026; entretanto, como forma de punir alguns membros por inconformidade aos cortes de produção^[xv] e tornar inviável a extração de petróleo via xisto, devido ao seu alto ponto de «*breakeven*» em relação às plataformas *onboard* árabes, a Arábia Saudita decidiu impor um aumento na produção de petróleo dos países da OPEP em ritmo acelerado.

Além disso, ela também percebeu que «manter cotas baixas de produção, uma estratégia feita para aumentar os preços, apenas permitiu que os Estados Unidos ganhassem participação de mercado, sobretudo nos países asiáticos»^[xvi]. Os eventos do dia 13, entretanto, colocam em xeque todo o atual estratagema internacional acerca do petróleo.

Evidentemente, em caso de conflito prolongado entre o Irã e Israel e, sobretudo, caso esse conflito se estenda para todo o mundo árabe, parte do petróleo outrora escoado para os mercados internacionais pelas empresas locais será destinado à indústria da guerra. Ataques coordenados de ambos os lados acabam por colocar em perigo grandes produtoras de petróleo e estoques físicos, prejudicando ainda mais a oferta nesse cenário.

Considerando a quantidade de petróleo disponível no Golfo Persa e demais regiões do levante ao norte da África, pode-se

presumir que a nova demanda por petróleo oriunda da guerra será majoritariamente suprida por fontes internas, minimizando, a princípio, o aumento da demanda global. Assim, uma vez confirmada a escala do conflito, os preços do petróleo no mundo todo tendem a subir, com largos acréscimos de valor nos futuros como forma de proteção dos produtores à incerteza futura, já demonstrados no gráfico diário dos futuros Brent a seguir.

FIGURA 3. ^[xvii]



Conflito hegemônico EUA x China e os rumos da geopolítica

Como já exaustivamente discutido, há, inserido na guerra entre Israel e Irã, uma clara questão de interesse da hegemonia estadunidense no conflito, tendo seu presidente tratando o ataque do regime sionista de Israel como “bem-sucedido” e declarando que havia alertado o Irã que os EUA possuem o “melhor e mais letal equipamento militar do mundo”. ^[xviii]

O debate que ainda não foi trazido se refere ao duplo caráter da ofensiva do imperialismo fóssil estadunidense sobre um dos últimos aparatos de resistência nativa na região, visto o amplo domínio militar estadunidense como a distribuição de suas bases no Oriente Médio na Figura 1 e sua representação diplomática na região, o regime sionista de Israel.

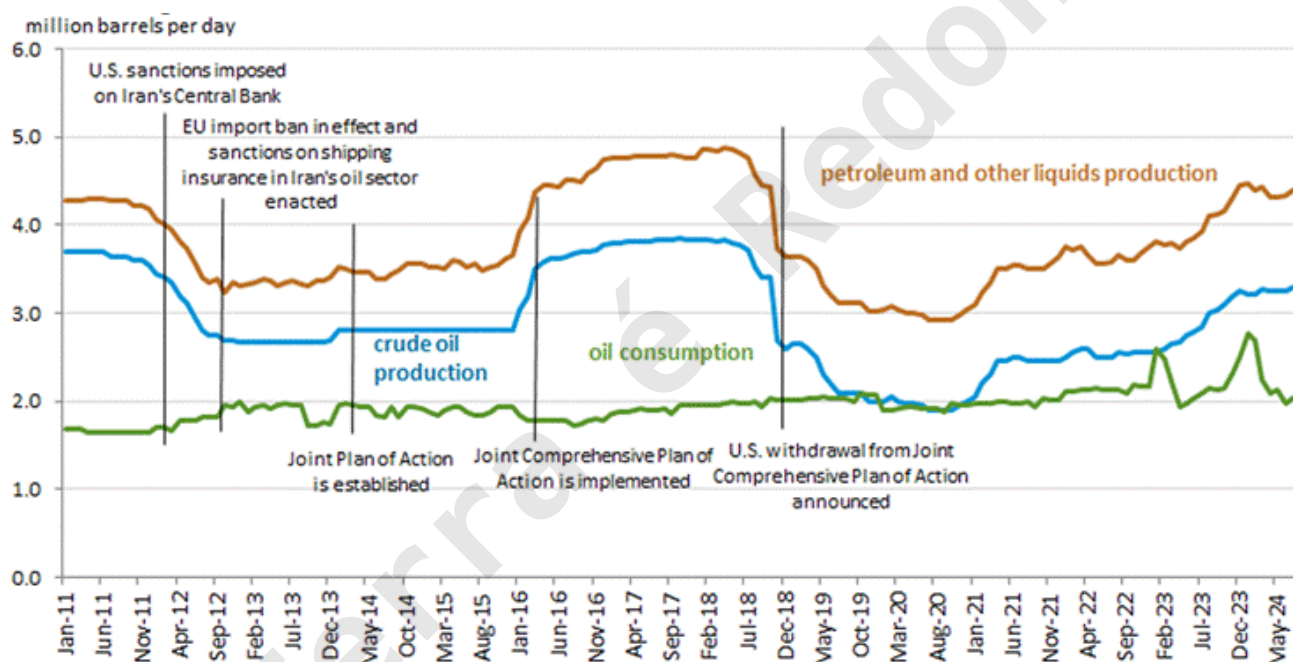
Para além do fenômeno descrito, é fundamental, também, ter em mente o papel da China no conflito com o estreitamento das suas relações com o Irã, expresso em acordos comerciais e financeiros com o país nos últimos anos, principalmente sob o contexto das sanções ocidentais, gerando divisas para financiamento, sobretudo, do seu programa nuclear.

Desde o início do século, a República do Irã vem sofrendo com sanções diretas à comercialização dos seus recursos energéticos. Até o início de 2018, o país havia alcançado um alto nível de produção de petróleo, produzindo quase cinco milhões de barris por dia e exportando para os países ocidentais ou alinhados ao seu programa político, mesmo com a imposição anterior de sanções partindo tanto dos Estados Unidos, em 2011, quando proibiu relações de qualquer país com

o Banco Central iraniano, visando minar a geração de divisas ao atingir, também, sua comercialização de petróleo^[xix], quanto da União Europeia, quando baniu a importação e o transporte de petróleo bruto iraniano no início de 2012^[xx]. Ambas as medidas já se referiam ao programa nuclear do país e a coerção para que o Irã o abandonasse.

No entanto, em 2018, após o presidente Donald Trump impor, outra vez, sanções ao Irã ao deixar o Plano de Ação Conjunto Global (PACG)^[xxi], a dinâmica comercial iraniana se alterou completamente. Além de ter deixado de exportar petróleo bruto para países da União Europeia e Ásia, passou a escoar a totalidade da sua produção somente para China, Síria, EAU e Venezuela, em 2023^[xxii]. Além disso, a participação chinesa nas exportações de petróleo bruto iraniano saltou de 25%, em 2017, para 90%, em 2023^[xxiii].

FIGURA 4.^[xxiv]



Desse modo, o Irã pode recuperar o nível de geração de divisas anterior ao fim do PACG e, inclusive, expandir sua capacidade produtiva não só de petróleo, mas também de eletricidade e gás natural. Segundo relatório da EIA (*Energy Information Administration*), entre 2019 e 2022, o Irã adquiriu uma série de contratos para aumentar a produção de petróleo bruto em mais de meio milhão de barris por dia, e adquiriu mais contratos em 2024, para construir seis campos de petróleo bruto ao longo da fronteira com o Iraque.

A grande questão é que a relação entre Irã e o antagonista hegemônico dos Estados Unidos não terminou na exportação de petróleo bruto. Em 2021, os dois países (China e Irã) firmaram um acordo estimado em US\$ 400 bi envolvendo comercialização de petróleo para a China e, inclusive, um suposto acordo de segurança entre os dois países^[xxv]. Ao longo da década, a China (e a Rússia) declararam apoio ao programa nuclear iraniano^[xxvi], mais recentemente, em março desse ano.

Um dos eventos, porém, que acendeu o sinal de alerta ao capital fóssil dos EUA foi a realização de exercícios militares^[xxvii] entre Irã, Rússia e China ao longo do Golfo de Omã, região sem presença efetiva de bases militares estadunidenses, porém

muito próxima a sua zona de influência no Golfo Pérsico, desafiando sua hegemonia na região. O então chefe do Estado-Maior Conjunto, Mark Milley, disse que a China, a Rússia e o Irã representariam um desafio para Washington “durante muitos anos”^[xxviii].

Novamente pode-se observar, partindo da superfície (guerra Israel x Irã), o inevitável conflito hegemônico pelo controle do capital fóssil sem o qual nenhum *hegemon* pode se constituir enquanto tal no projeto de acumulação mundial. Os ataques desferidos contra o Irã, outra vez, devem ser analisados com atenção. Não se trata de anular e prescindir da análise das contradições regionais entre as duas forças que protagonizam o conflito, mas de o apreendê-lo de forma histórica e material, em sua totalidade, considerando as diferentes nuances que envolvem, ao mesmo tempo e em diferentes níveis, o mesmo fenômeno concreto estabelecido.

Neste momento histórico delicado, com a hegemonia da acumulação estadunidense sendo desafiada depois de mais de um século, o acirramento da (re)partilha do mundo salta aos olhos, e a noção do que fazer se dissipa no ar cada vez mais rápido. Não parecem existir mais alternativas para o futuro que não a barbárie.

***Eduardo Brito** é graduando em economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

***Kaio Aroldo** é graduando em economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

***Lucas Valladares** é doutorando em economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

***Oscar Luis Rosa Moraes Santos** é graduando em economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

***Lucas Trentin Rech** é professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Referências

ALVES, T. M. A gênese das hostilidades entre o Irã e os Estados Unidos. *Malala, Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano*, v. 8, n. 11, p. 143-167, 23 dez. 2020.

BAHGAT, G. Energy Security: The Caspian Sea. *Minerals & Energy - Raw Materials Report*, 15 jun. 2005.

BINA, C. Iran's Oil, the Theory of Rent, and the Long Shadow of History: A Caveat on Oil Contracts in the Islamic Republic. *Revue internationale des études du développement*, n. 229, p. 63-90, 2017.

EHSANI, K. *Social and Urban Histories of Labor in the Iranian Oil Industry: A Theoretical Framework*. [s.d.].

FORAN, J. The Concept of Dependent Development as a Key to the Political Economy of Qajar Iran (1800-1925). *Iranian Studies*, v. 22, n. 2-3, p. 5-56, jan. 1989.

FOROZAN, H. The Military in the Islamic Republic of Iran: an Assessment of the Sepah's Role (IRGC) as a Political and Economic Actor. 1 jan. 2013.

JAFARI, P. Fluid History: Oil Workers and the Iranian Revolution. Em: *Working for Oil*. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2018. p. 69-98.

JUNIOR, E. J. P. A Política Externa estadunidense no Oriente Médio e a formulação da Doutrina Carter (1977-1981). *Revista Urutágua*, n. 28, p. 97-109, 28 maio 2013.

LEWIS, B. *A crise do Islã: Guerra santa e terror profano*. [s.l.] Zahar, 2010.

MALM, A. *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. London: Verso, 2016.

MCGLINCHEY, S. *US Arms Policies Towards the Shah's Iran*. Abingdon, Oxon New York: Routledge, 2014.

MITCHELL, T. Carbon democracy. *Economy and Society*, v. 38, n. 3, p. 399-432, 1 ago. 2009.

NAKHAEI, N. *State and Development in Post-Revolutionary Iran*. dez. 2020.

SANTO, M. M. DO E.; BALDASSO, T. O. A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 10, n. 18, 2017.

The Iranian Revolution (1977-1979). ICNC, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.nonviolent-conflict.org/iranian-revolution-1977-1979/>>

VALLADARES, L. DE M. E S. Hegemonia do dólar: uma jornada pelos ciclos de reciclagem de petrodólares. 9 jan. 2024.

VAROL, F. *The Politics of the Ulama: Understanding the Influential Role of the Ulama in Iran*. v. 13, n. 2, p. 129, 1 jul. 2016.

Notas

^[i] [EUA esvaziam embaixadas no Oriente Médio diante de risco de Israel atacar Irã, diz jornal | Mundo | G1](#)

^[ii] [Por que Israel atacou o Irã: o que se sabe até o momento sobre o conflito entre os dois países | Mundo | G1](#)

^[iii] [\(5\) Live updates: Israel strikes Iran's nuclear sites | AP News](#)

^[iv] [Trump se opõe a planos de Israel de atacar instalações nucleares do Irã, diz jornal | Mundo | G1](#)

^[v] [Trump diz que Israel vai liderar ataque contra o Irã caso acordo nuclear não seja fechado: 'Fazemos o que queremos fazer' | Mundo | G1](#)

^[vi] (REZEG, Ali Abo. Understanding Iran-Hamas Relations from a Defensive Neo-Realist Approach. *The Journal of Iranian Studies*. v. 4, n. 2, p. 390-393, jan. 2021, Disponível em: [\(PDF\) Understanding Iran-Hamas Relations from a Defensive Neo-Realist Approach](#).

^[vii] [Mapping US troops and military bases in the Middle East | Military News | Al Jazeera](#)

^[viii] [Crise de Petróleo de 1973 | BBC NEWS](#)

^[ix] [Making Use of the "Oil Weapon": Western Industrialized Countries and Arab Petropolitics](#)

^[x] [Impacts of US Trade and Financial Sanctions on Iran](#)

^[xi] [Military spending and Economic Growth: The Case of Iran](#)

^[xii] [Do Sanctions Constrain Military Spending of Iran?](#)

^[xiii] [Illegal Trade in The Iranian Economy](#)

^[xiv] [China-Iran Relations Through the Prism of Sanctions](#)

^[xv] [Países da OPEP decidem aumentar a produção em junho](#)

^[xvi] [Cheap Oil Will Come At a Cost for US](#)

^[xvii] [Cotação dos Futuros de Petróleo Brent](#)

^[xviii] [Trump diz que foi avisado previamente sobre ataques contra o Irã e alerta que próximos serão 'ainda mais brutais'](#)

^[xix] [Senado dos EUA aprova por unanimidade sanções contra banco central iraniano - Notícias - UOL Notícias](#)

^[xx] [Embargo europeu - DW - 23/01/2012](#)

^[xxi] [President Donald J. Trump is Ending United States Participation in an Unacceptable Iran Deal - The White House](#)

^[xxii] (Country Analysis Brief: Iran. 2024; p. 14. Disponível em: [Country Analysis Brief: Iran](#).

^[xxiii] IBID, p. 12

^[xxiv] IBID, p. 8

^[xxv] [China assina acordo amplo e vai investir US\\$ 400 bilhões no Irã em troca de petróleo - Jornal O Globo](#)

^[xxvi] [China e Rússia apoiam programa nuclear iraniano após Trump pressionar por acordo; Irã 'nunca pode ter arma nuclear', diz G7 | Mundo | G1](#)

^[xxvii] [Rússia, China e Irã realizam exercícios militares conjuntos no Golfo de Omã - Brasil de Fato](#)

^[xxviii] IBID.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)